



REVISTA CIENTÍFICA DA UMC



TRABALHO E INDICADORES SOCIAIS DA POPULAÇÃO NEGRA E OS IMPACTOS DA COVID-19

WORK AND SOCIAL INDICATORS OF THE BLACK POPULATION AND THE IMPACTS OF COVID-19

Jefferson Mariano

Resumo:

O trabalho realiza uma análise dos impactos da pandemia Covid -19 sobre os indicadores sociais do Brasil, com ênfase para o comportamento do mercado de trabalho. Procura a partir dos indicadores disponíveis na pesquisa do IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios Covid, demonstrar como os impactos dessa pandemia foram desiguais e mais intensos para a população negra. No trabalho foi considerada população negra a somatória dos pretos e pardos, no entanto nas tabelas e gráficos foram preservadas as terminologias utilizadas pelo IBGE. O trabalho conclui que a pandemia acentuou o quadro preexistente de desigualdades sociais no país, associadas a raça/cor.

Palavras-chave: Indicadores Sociais, Covid-19, Trabalho.

Abstract:

The work analyzes the impacts of the Covid-19 pandemic on social indicators in Brazil, with emphasis on the behavior of the labor market. Based on the indicators available in the IBGE survey, National Survey by sample of Covid households, it seeks to demonstrate how the impacts of this pandemic were unequal and more intense for the black population. In the work, the black population was considered the sum of blacks and browns, however, in the tables and graphs, the terminologies used by the IBGE were preserved. The work concludes that the pandemic accentuated the preexisting situation of social inequalities in the country, associated with race/color.

Keywords: Social Indicator, Covid-19, Work.

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid -19 provocou grandes transformações demográficas no mundo que ainda carecem de profundas análises. Além do impacto direto concernente as elevadas taxas de mortalidade há desdobramentos em inúmeros indicadores sociais e impactos sobre as atividades produtivas.

O Brasil foi um dos países mais profundamente afetado pela pandemia e em grande medida, os desdobramentos estiveram relacionados as escolhas e estratégias adotadas pelo Ministério da Saúde do governo brasileiro.

Na medida em que ocorreu o avanço da pandemia no Brasil foi possível perceber um quadro de desigualdades no tocante a evolução do contágio e posteriormente seus impactos diversos sobre a população. O trabalho tem por objetivo explorar os impactos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro com ênfase para os contingentes mais vulneráveis, especialmente a população negra. Será enfatizado especificamente as transformações na estrutura ocupacional, notadamente pelo incremento de trabalhadores inseridos na informalidade.

MÉTODOS

O trabalho foi desenvolvido a partir da análise dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC). Na análise da série histórica entre 2012 e 2022 foram observadas algumas mudanças estruturais no mercado de trabalho e, a partir de 2015 o comportamento da informalidade. Ressalte-se que os dados concernentes à informalidade estão disponíveis apenas a partir de 2015.

O trabalho explora a literatura no âmbito das ciências sociais aplicadas. Para análise do sistema de classificação racial no Brasil a referência é o texto de OSÓRIO (2003), referente a evolução histórica do sistema de classificação racial utilizado pelo IBGE. Além disso, a Pesquisa Características Étnico-Raciais da população, também elaborada pelo IBGE possibilita observar o debate em torno das categorias utilizadas nas pesquisas e levantamento sociodemográficos.

Para a caracterização do mercado de trabalho no Brasil e análise das desigualdades a referência é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua que tem o início da série histórica em 2012. Por fim, para análise dos desdobramentos da Pandemia sobre o mercado de trabalho o exercício é realizado a partir da análise da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios Covid. Além de fornecer a evolução inicial da pandemia no país, a pesquisa permite observar os impactos considerando diferentes inserções no mercado de trabalho, educação e características urbanísticas dos domicílios.

Mudanças estruturais no mercado e o crescimento da informalidade

A formação do mercado de trabalho brasileiro tem características que são comuns aos países inseridos no modo de produção capitalismo de modo tardio.

Os trabalhos clássicos, dos intérpretes da formação economia brasileira enfatizam esse aspecto. Uma estrutura industrial pautada pela elevada capacidade ociosa e remuneração dos trabalhadores no nível de subsistência (MALTA, 2011, p.37), além do processo incessante de migração interna como o aumento das taxas de desocupação nas grandes metrópoles são traços marcantes dessa estrutura. Assim, consolidou-se um padrão de níveis reduzidos de remuneração da força de trabalho, muitas vezes justificados pela baixa qualificação da mão de obra, decorrentes da escassa escolaridade.

Uma dificuldade em se analisar de modo mais detalhado algumas características desse mercado em período mais largo reside na carência de informações mais sólidas. É verdade que nos censos demográficos, questões relativas ao comportamento do mercado de trabalho possibilitam realizar caracterizações gerais a respeito da estrutura econômica. No entanto, somente a partir de pesquisas específicas sobre o tema é que foi possível acompanhar com mais detalhes as transições ocorridas.

Com a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, iniciada em 1980 paulatinamente foi possível realizar análises mais aprofundadas a respeito da estrutura ocupacional no Brasil. Referente ao processo de evolução dessa pesquisa, Marques (2002) estabelece uma linha cronológica acerca dos

indicadores relativos ao mercado de trabalho. A autora parte das origens da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para identificar os esforços na elaboração desses indicadores bem como critérios para o estabelecimento de comparações internacionais.

Apesar de sua relevância, a PME não ficou imune a críticas que ocorreram, especialmente em relação aos resultados referentes as taxas de desemprego. Segundo a pesquisadora Anita Kon não seria possível deduzir taxa de desemprego a partir dos indicadores disponibilizados pela pesquisa. Destaca que,

o indicador taxa de emprego em termos do total da população, portanto, mede apenas a quantidade e não faz qualquer referência à qualidade do emprego no qual as pessoas trabalham, e dessa forma não esclarece ao longo do tempo o que representa uma trajetória positiva deste indicador. (KON, 2012:13).

Outra fragilidade que a PME apresentava dizia respeito a cobertura territorial, uma vez que apesar de representar a taxa oficial do país, os indicadores elaborados correspondiam ao somatório de informações obtidas em seis regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo).

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) era possível obter essas informações para todas as Unidades da Federação, porém apenas com informações anuais. Com o lançamento da primeira série de dados da Pnad ocorreram divulgações de conjunto mais sofisticado de dados que de certo modo, neutralizam parte das críticas observadas. Além das taxas de desocupação houve um maior detalhamento tanto das condições de ocupação quanto de subutilização da força de trabalho. Desse modo, surgiram as categorias: subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e força de trabalho potencial, além da divulgação dos dados referentes as pessoas desalentadas. Ressalte-se que não é objetivo do trabalho realizar uma ampla discussão acerca das alterações metodológicas da pesquisa. Essas estão disponíveis nas notas metodológicas da pesquisa (IBGE).

Além dos elementos de caráter estrutural, o mercado de trabalho tem enfrentado nos últimos anos um aumento da precarização, consubstanciada pelos elevados índices de informalidade. Por exemplo, no final de 2020, momento crítico da pandemia, essa taxa alcançou chegou a 39% da população na força de trabalho no Brasil, com a taxa mais alta sendo observada no Maranhão com 60,3%.

Em termos oficiais, pelo menos até 2015 não havia um indicador oficial que pudesse disponibilizar as taxas de informalidade no mercado de trabalho no Brasil. Em 1997 e 2003 o IBGE realizou a Pesquisa Economia Informal Urbana. Este levantamento considerava como informais trabalhadores que não rurais conta própria ou empregadores com até cinco pessoas ocupadas. Ou seja, era ainda um retrato parcial do que se pode considerar informalidade. Assim, havia uma limitação em se quantificar a totalidade de pessoas inseridas no mercado de trabalho segundo esta condição, especialmente em decorrência das recentes alterações e novas formas de ocupação.

A partir do quarto trimestre de 2015 o indicador de informalidade passa a ser disponibilizado pela Pnad. Neste levantamento são considerados informais aqueles inseridos como conta- própria e empregadores sem CNPJ, trabalhadores no setor privado sem carteira assinada e trabalhadores familiar auxiliar no trabalho principal.

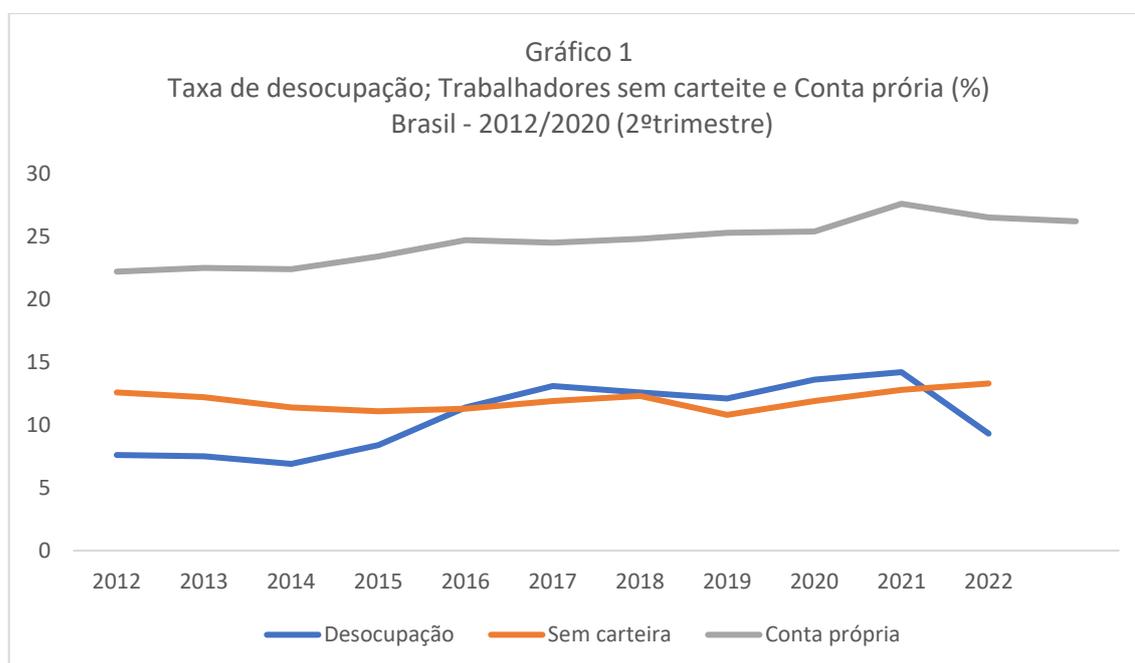
É importante destacar que o quadro de elevado grau de precariedade não surgiu a partir da pandemia, mas diz respeito a características do processo de formação do mercado de trabalho brasileiro.

Esse mercado apresenta limitada capacidade de proporcionar empregos protegidos e bem remunerados, em sua maioria ocupado por trabalhadores brancos e tem na informalidade e no subemprego o repositório maior da força de trabalho negra. (THEODORO, 2022, p.28).

No entanto, com acirramento da crise se observa não só o aumento da precarização como a corrosão do rendimento médio real dos trabalhadores e novamente, a análise segundo o critério raça/cor evidencia as desigualdades. Ressalte-se que apesar de profundamente desgastado, o conceito de racismo estrutural contribui para o entendimento do fenômeno (ALMEIDA,2018).

Indicadores disponíveis não só nas pesquisas relativas ao mercado de trabalho, mas em outros levantamentos como a Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE), permitem observar as condições de desigualdades associadas a questão racial.

Apesar dos problemas estruturais do mercado de trabalho já enfatizados, percebe-se desde início da série da PnadC um quadro de redução na taxa de informalidade e das taxas de desocupação entre 2012 e 2015. O gráfico 1 descreve especialmente entre os trabalhadores sem carteira assinada entre 2012 e 2017. Curiosamente em 2018, primeiro ano de vigência da reforma trabalhista, implementada em fins de 2017, observa-se aumento dos trabalhadores sem carteira assinada.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios Contínua, 2022

Em relação à desocupação, as taxas caíram pelo menos até 2014 e a partir de 2015, os impactos da recessão levam a um rápido crescimento neste indicador. Paralelamente há ao longo desse período o contínuo aumento no número de trabalhadores conta própria. Esse foi outro indicador que teve seu crescimento estimulado pela reforma trabalhista e que se intensificou com a pandemia, alcançando em 2021 a taxa mais elevada da série. É importante destacar que a grande maioria desses trabalhadores conta própria não possui CNPJ, ou seja, contribuem para o aumento da informalidade.

Ainda em relação aos trabalhadores sem carteira assinada, independentemente do quadro de atividade econômica percebe-se a permanência elevada de pessoas inseridas nesta condição. Há uma rigidez em relação a possibilidade de reduzir ou mesmo tornar esse número marginal. É importante destacar que a situação de trabalhadores sem carteira assinada corresponde em sua grande maioria a um cenário de ilegalidade. Trata-se de um elemento estrutural da economia brasileira. Em 2000, segundo o Censo demográfico esse grupo representava 24% da população ocupada e 20,2 no Censo de 2010.

A persistência desse contingente explica a limitação de se analisar o comportamento do mercado de trabalho levando-se em conta apenas as informações cadastrais disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego¹. A legislação brasileira não permite que exista uma situação de empregado no setor privado atuando sem vínculo formal de emprego. Apesar da flexibilização ocorrida com a reforma trabalhista em 2017 a regra permanece vigente. Mesmo a situação dos trabalhadores com carteira assinada não é tão confortável pois,

A proteção legal associada ao trabalho com carteira assinada não implica necessariamente a retirada dos trabalhadores e de sua família de condição de pobreza. O mercado de trabalho formal no Brasil, refém de uma estrutura social moldada na desigualdade também é motor de sua amplificação. A distribuição dos salários é desigual e iníqua. (THEODORO, 2022, p.93.).

Outro elemento que contribui para a precariedade desse mercado diz respeito aos elevados níveis de rotatividade. “Entre 2010 e 2014, auge da retomada após a crise internacional de 2008-09, as taxas de rotatividade atingiram os maiores patamares, oscilando entre 63,5 e 64,5 entre os celetistas”. (THEODORO, 2022, p.94)

Além desses aspectos, existem outras assimetrias enfatizadas pelas pesquisas que destacam a incapacidade de absorção da população mais jovem no mercado, explicadas pelas elevadas taxas de desemprego no contingente entre 18 e 24 anos. A taxa de desemprego entre a população negra e entre as mulheres é também substancialmente mais elevada. Como o objetivo é destacar as desigualdades associadas a raça/cor, a seção seguinte aponta algumas considerações sobre o sistema de classificação racial utilizada nas estatísticas oficiais.

Classificação e estratificação segundo raça/cor;

Antes de explorar o modo a pandemia impactou negativamente a inserção da população negra no mercado trabalho é necessário uma breve discussão a respeito da classificação e autodeclaração, segundo o critério raça/cor, presente nas pesquisas sociodemográficas. São recentes, no âmbito da produção de estatísticas oficiais, recortes mais detalhados concernentes à temática racial e os debates no âmbito dos veículos de comunicação são sempre relativizados. Apenas em datas específicas (13 de maio ou 20 de novembro) é que surgem matérias mais contundentes explorando a temática.

No interior das instituições governamentais também permaneceu por muito tempo o contexto de “democracia racial” com a ausência completa de debates relativos à questão étnico-racial e como

¹ Ao longo dos últimos governos o Ministério do Trabalho sofreu mudanças de denominação. Entre 2018 e 2022 deixou de existir esse ministério. Em seu lugar houve a criação de uma Secretaria Especial de Previdência e trabalho, vinculada ao Ministério da Economia.

desdobramento a produção de indicadores mais detalhados.

A partir dos anos 1990 começam ocorrer alterações no cenário. Pressões da comunidade negra fizeram com que, ainda no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/1998), fosse criada uma secretaria para tratar das questões raciais, e a partir de 2003, na gestão de Lula há uma ampliação do escopo com implementação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, com *status* de ministério.

Em âmbito internacional vale destacar a Conferência de Durban realizada na África do sul, realizada em 2001 que tratou do combate ao racismo.

Em se tratando da categorização segundo raça/cor, o sistema de classificação utilizado no Brasil advém de critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e é aplicado nas pesquisas socioeconômicas e no Censo Demográfico, realizado a cada dez anos. O critério adotado contempla a existência de cinco grupos segundo raça/cor: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. O sistema não é imune a críticas.

Parcela da crítica reside no fato de a classificação da instituição ser estanque e não levar em consideração as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, além da não utilização de outras designações além das contempladas, especialmente a negra. O termo mulato, mestiço ou mesmo moreno aparece com frequência em vários trabalhos de pesquisadores que tratam dessa temática.

Segundo Teles & Lin (1998) o fato da menor discriminação dos mulatos na América Latina, quando comparados com os Estados Unidos indica que a dicotomia importante seria entre pretos e não pretos. Osório (2003), por outro, lado aponta que o sistema de classificação utilizado é anterior a existência da instituição. Destaca que inclusive no século XIX, o vocabulário étnico racial era mais bem elaborado e diversificado do atualmente utilizado.

Outro elemento que de certo modo dificultou análises considerando raciais diz respeito a não captação da variável no Censo de 1970 e ao fato de no Censo de 1980 a categoria parda ter a presença de indígenas, atrapalhando a constituição de séries históricas. Porém, é importante destacar que devido a pequena proporção da população indígena, seria possível realizar aproximações em relação ao contingente negro.

A partir de 1991 ficaram mais precisas comparações e o estabelecimento de séries históricas relativas ao tamanho da população brasileira segundo critério cor/raça. Essa celeuma foi resolvida, na medida em que foi identificada de modo separado a população indígena. Além disso, pela primeira vez foram aplicados questionários em territórios indígenas, com questões específicas. Segundo a PCERP, em 2008 houve um contingente significativo de pessoas que passou a se autodeclarar negras no Brasil. É verdade que ainda é inferior a outras designações, como moreno, mas já sinaliza uma mudança em torno da percepção racial.

Outro aspecto diz respeito ao próprio processo de crescimento dos registros de pessoas que passaram a se autodeclarar pretos e pardos. Desde o Censo de 1991 observa-se esse crescimento. Existem também elementos de caráter demográfico que ajudam a explicar o fenômeno. A taxa de fecundidade das mulheres negras é mais elevada do que as mulheres brancas. E nesse aspecto não há nenhum determinante de caráter biológico, o que explica esse processo são as condições sociais.

As mulheres negras, em razão de condições de moradia, educação e trabalho menos

favoráveis todos os indicadores sociais mais precários do que aqueles observados em relação às mulheres brancas. Assim, em relação ao sistema de classificação há um debate que aponta para dois caminhos: deve-se incorporar a categoria moreno, como parte da população insiste em adotar e que atende inclusive aos anseios de alguns veículos de comunicação, ou considerar na classificação o termo negro, já incorporado e adotado pela comunidade negra?

Por fim, como o texto utiliza as bases do IBGE com o recorte Pretos/pardos a terminologia é preservada nas tabelas e referências. No entanto, acredita-se que seja legítimo considerar a população negra como resultado da soma de preto e pardos.

A inserção da população negra no mercado de trabalho e a pandemia.

O cenário de desigualdades relacionadas a questão racial como foi destacado, faz parte de um processo histórico, que apesar de atenuado a partir das políticas implementadas, ainda prossegue intenso. A pandemia de Covid 19 potencializou esse quadro. Em função da necessidade de monitoramento do processo de evolução da pandemia e seus impactos sociais o IBGE criou, em caráter de estatísticas experimentais a Pnad Covid. Foram levantadas informações em relação a evolução da pandemia e paralelamente indicadores relacionados as condições sociais desta população, bem como especificidades de mercado de trabalho.

As primeiras informações disponibilizadas pela Pnad Covid, inclusive em razão do nível de conhecimento disponível até aquele momento, e da ausência de testes clínicos na população, definia o público-alvo como aqueles que apresentavam sintomas relacionados a doença. Nas divulgações ocorridas ao longo de 2020 percebeu-se que a maior incidência era entre a população negra.

Tabela 1
Pessoas que apresentaram algum sintoma da Covid 19
Brasil: maio/2020

Pessoas que apresentaram algum dos sintomas (%)			
Raça/cor	Maio	Junho	Setembro
Branças	40,9	41,2	44,0
Pretas e pardas	59,1	58,8	56,0

Fonte: IBGE - Pnad Covid, 2020.

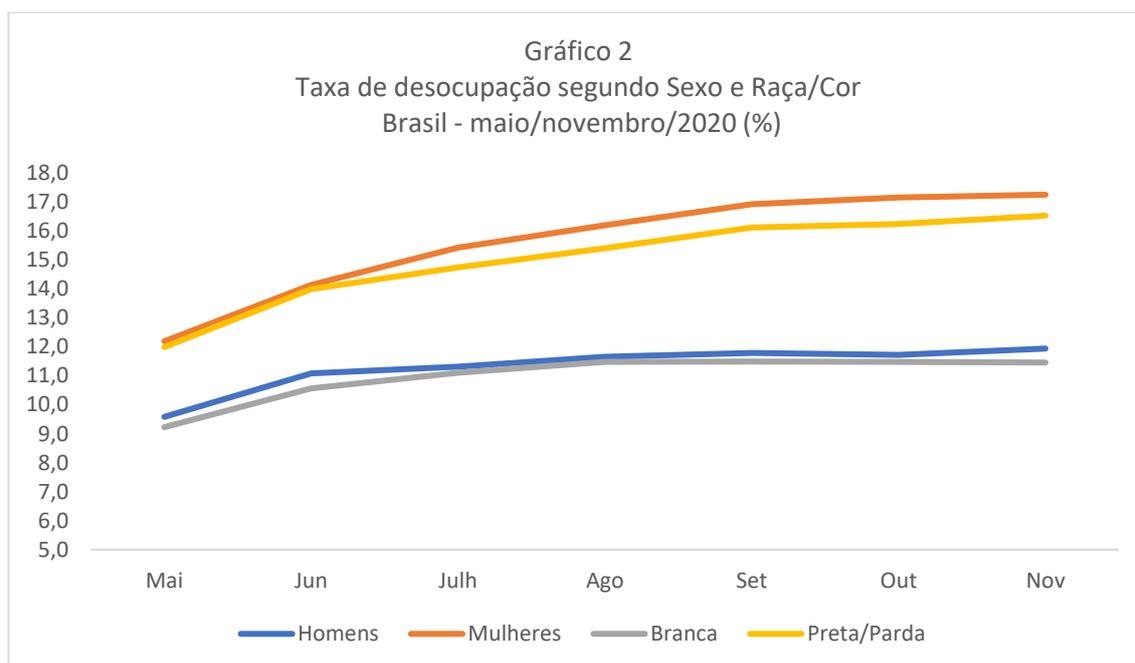
Outro desdobramento desse quadro foi a disponibilização de uma plataforma com conjunto de informações no âmbito da saúde pública e monitoramento da pandemia. Houve inclusive a divulgação de estimativas de população em aglomerados subnormais, com referência a 2019, dado o reconhecimento de que esse grupo populacional enfrentaria maiores dificuldades.

Essa informação foi fundamental para a gestão da crise, especialmente nesse recorte territorial. No entanto, o dado sobre a distribuição étnico racial da população em aglomerados subnormais bem como as condições relacionadas aos equipamentos sociais disponíveis já é conhecida. Trata-se de territórios ocupados majoritariamente pela população negra. Neste ponto inclusive é importante destacar que nem mesmo a existência de informações não foram suficientes para redução de iniquidades. Vale lembrar que quando ocorreu o início da vacinação, no início de 2021 houve a adoção do critério de faixas etárias.

Porém, existem diferenças profundas entre a longevidade da população segundo o critério racial. A Pnad Covid pesquisa permitiu também observar, pelo menos no primeiro momento da pandemia, como os impactos sobre o mercado de trabalho foram diversos, considerando critérios relativos à raça/cor. Por exemplo, em inúmeras atividades ocorreu a intensificação do trabalho remoto. Porém, o processo privilegiou majoritariamente atividades nas quais a presença da mão de obra negra era residual.

As atividades presenciais continuaram a ser realizadas nos setores operacionais, com maior incidência da população negra, que, conseqüentemente ficou mais exposta a contaminação. Isso explica por que os dados iniciais de contaminação mostraram maior percentual de população negra afetada pela pandemia.

A pesquisa divulgou informações sobre o mercado de trabalho entre maio e novembro de 2020. A pandemia causou um grande impacto negativo com aumento nas taxas de desocupação e queda nos rendimentos. Porém, como pode ser observado no gráfico 02, esse comportamento é diverso quando se leva em consideração as variáveis sexo e raça/cor. Todas as estatísticas sociais disponíveis no Brasil apontam essa assimetria. Porém, a Pnad Covid mostra que na medida em que se acentua a crise, as taxas de desemprego entre mulheres e entre a população negra crescem de modo mais intenso.



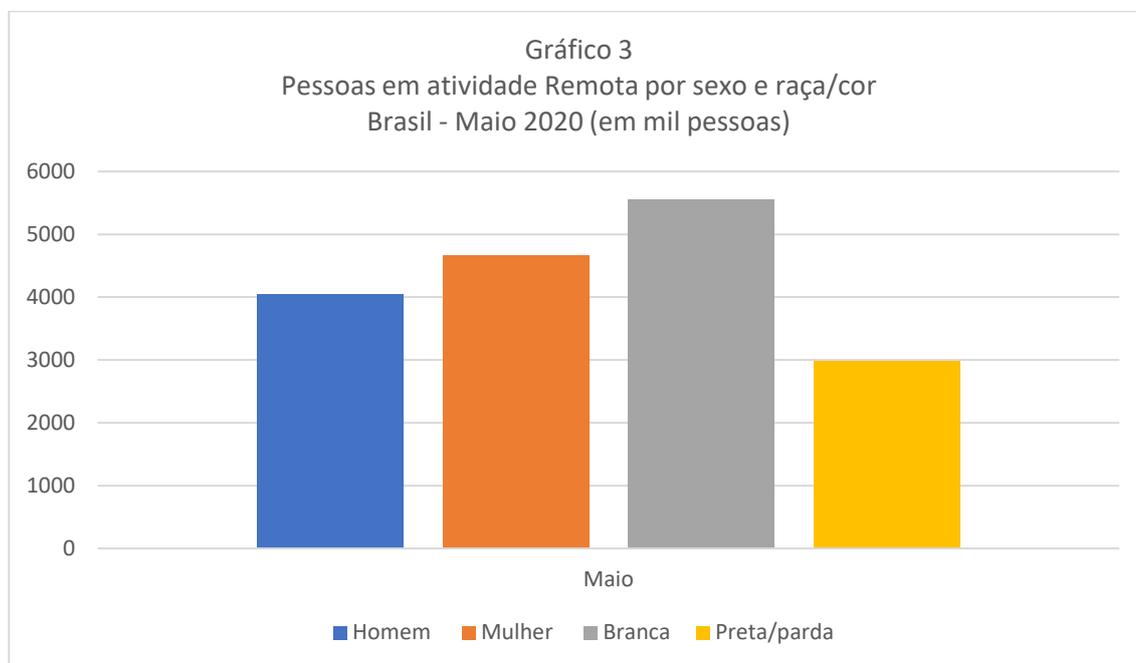
IBGE:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid, 2020.

Ou seja, os indicadores disponibilizados pela Pnad Covid não são diferentes do que se sabe até o momento em termos de comportamento do mercado de trabalho brasileiro. As taxas de desocupação são mais elevadas entre a população negra e os jovens e as mulheres pretas lideram o indicador. Assim, a intensificação do quadro pandêmico contribuiu para o maior incremento da população preta e parda entre os desempregados.

Novamente é necessário destacar que os elementos estruturais da economia brasileira contribuem para a ocorrência desse fenômeno. Com a eclosão da pandemia os trabalhadores inseridos

em setores com mão de obra com maiores níveis de escolaridade tiveram a possibilidade de atuação de modo remoto. Esse mecanismo não esteve à disposição de trabalhadores inseridos em atividades operacionais ou de baixos níveis de escolaridade, afetando diretamente a população preta e parda. O Gráfico 3 apresenta os números que refletem essa distância.

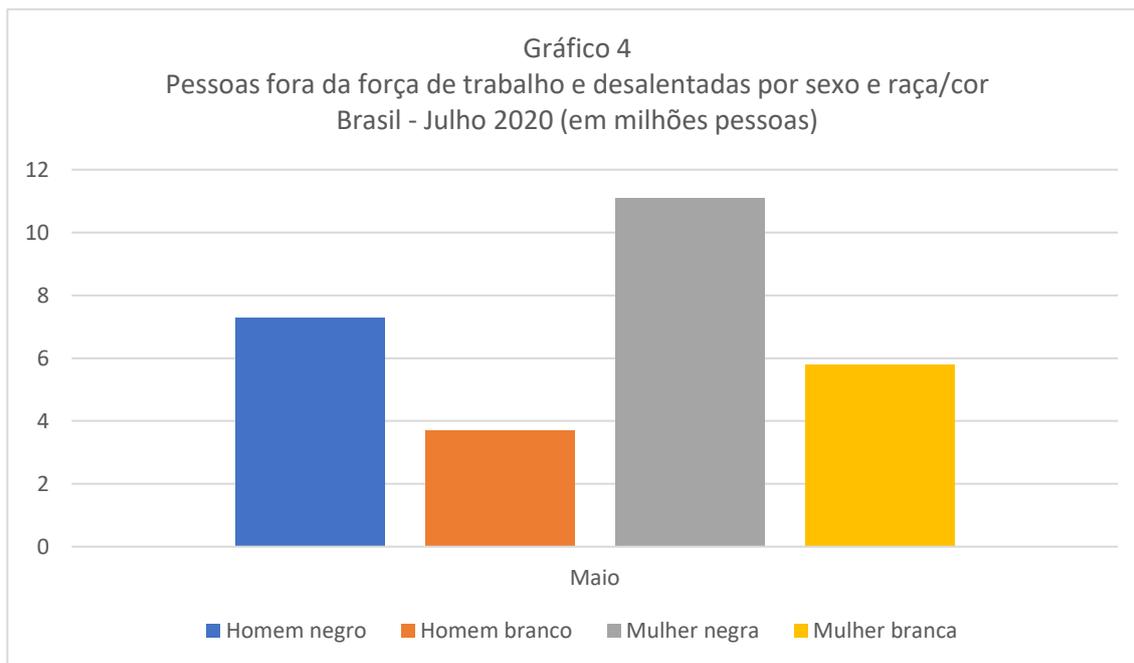


IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid, 2020.

Os principais setores de atividade econômica, especialmente ligados aos serviços e comércio, com maior presença da população negra não abriam possibilidades para que ocorresse essa modalidade de atuação. A pesquisa inclusive apontou que em outras dimensões do convívio social, como por exemplo na educação, os desníveis também ficaram visíveis, como a menor disponibilidade de equipamentos e acesso precário ao ensino remoto por parte da população de menor rendimento.

Além dos indicadores de desocupação historicamente, é maior a presença da população negra em atividades informais. O quadro pandêmico também contribuiu para a manutenção e aumento desse cenário. Entre as mulheres negras a taxa de informalidade em maio de 2020 chegou a 41,4% ao passo que era correspondente a 31,8% entre as mulheres brancas.

Por fim, um fenômeno que chamou atenção no início da pandemia foi o aumento explosivo de pessoas fora da força de trabalho. E dentro desse contingente destacam-se os desalentados. São trabalhadores sem emprego, que estão disponíveis para o mercado de trabalho, mas que não realizaram procura. O fenômeno ocorreu de modo expressivo entre os trabalhadores ligados aos serviços pessoais, afetando majoritariamente as mulheres negras. Por exemplo, a partir dos dados da pesquisa é possível observar o elevado contingente de trabalhadores negros inseridos nessa categoria.



IBGE:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid, 2020

Vale destacar que o setor de serviços domésticos foi o que apresentou a mais elevada taxa de demissão de trabalhadores. Trata-se de um setor com grande presença da população negra. “O Brasil é o país com o maior contingente de trabalhadoras domésticas: essa atividade absorve cerca de 15% das mulheres com emprego no país. São cerca de 6 milhões, e, em 2018 somente 28% tinha carteira assinada” (THEODORO, 2022, p.91).

Além disso, ainda existe no País o problema relacionado a inserção desigual dessas trabalhadoras. Foi somente a partir da PEC das domésticas², em 2015 que ocorreu a ampliação dos direitos dessa categoria. No entanto houve muita resistência e ainda hoje a proporção é de uma trabalhadora com carteira para cada três sem carteira assinada. Por fim, o mercado de trabalho brasileiro “reproduz e potencializa as desigualdades, servindo como um dos principais motores desse processo que secularmente afeta o Brasil. (THEODORO, 2022, p.96)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho não teve como pretensão esgotar o debate sobre os impactos da pandemia sobre o mercado de trabalho e de modo específico em relação a população negra. O objetivo foi destacar alguns elementos que contribuíram para a manutenção do quadro já existentes de desigualdades relacionadas a questão racial.

De início houve a preocupação de enfatizar alguns elementos concernentes aos problemas estruturais da formação do mercado de trabalho brasileiro. Em seguida, houve a necessidade de destacar de que modo o quesito raça/cor se apresenta nas estatísticas oficiais. Nesse sentido são destacados os critérios utilizados pelo IBGE. Como foi enfatizado, apesar de não utilizado pela

² Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2013.

instituição a soma pretos + pardos se apresenta em inúmeros trabalhos acadêmicos como uma proxy da população negra. Evidentemente que é necessário, ao se utilizar, relativizar os momentos em que esse recorte se realiza.

Por fim, é inegável que os impactos da Covid 19 foram muito mais intensos para mulheres e para a população negra. No entanto, o fenômeno só ocorreu em razão do quadro preexistente de desigualdades sociais no Brasil, associada a esse quesito. Isso porque a desigualdade social atravessa todas as dimensões da sociedade no tocante ao acesso de habitação, saúde, educação e aos demais equipamentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Economia Informal Urbana. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/setor-informal.html>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saúde 2013: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violência. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=resultados>.

KON, Anita. Pleno Emprego no Brasil: Interpretando os conceitos e indicadores. Revista Economia & Tecnologia. Vol.8 n. 2. Abr/jun 2012. Curitiba. UFP

MALTA, M.M. **Ecos do desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2011. 372 p.

MARQUES, Rosa Maria Marques; OSHIRO, Felício. O Conceito de Desemprego e sua Medição no Século XX. Textos & Contextos. Vol.15 n.2 Ago/dez 2012. Porto Alegre.

OSÓRIO, R. G. A. O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE. . **Texto Para Discussão n. 996**.. Brasília: IPEA, 2003. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4212 . Acesso em: 21/07/2022.

OSÓRIO, R. G. A. A desigualdade racial da pobreza no Brasil. **Texto Para Discussão n. 2847**. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34915&catid=419&Itemid=444

THEODORO, M. **A sociedade desigual**: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. 447 p.